



Empresário de segurança ou mercador de escravos contemporâneo?

Anos após o descobrimento do Brasil, durante o século XVI, os portugueses se depararam com a necessidade de adquirir mão de obra para o trabalho nos engenhos. Como os índios estavam sob a proteção dos jesuítas a saída foi introduzir o trabalho escravo negro africano no Brasil, por meio do tráfico negroiro.

O restante da história todos nós conhecemos. E apesar de causar ainda hoje em cada um de nós espanto e ojeriza, a escravidão permanece sendo uma prática comum e legalizada, sob o nome de terceirização.

E os vigilantes, categoria muito prejudicada com a terceirização, não aceitam escravidão.



Reforma Trabalhista: Escravidão Legalizada



Atualmente os empresários da segurança privada – os donos da terceirização – se comportam como os novos mercadores de escravos. Isso porque, diferentemente do empresário da indústria, eles nada produzem e obtêm seu lucro do suor de um terceiro, no caso, o vigilante.

Com a saturação do mercado, o alto desemprego, a entrada de novas tecnologias e a crise econômica, ficou fácil para este mercador de escravos moderno ditar as regras do jogo. Ele contrata um profissional para enfrentar grandes responsabilidades diariamente e paga menos de R\$ 50 por dia.

Esse profissional – que é exigido cada vez mais – precisa enfrentar violência de todos os tipos, roubos, vandalismo, doenças ocupacionais e outras ameaças perigosas por um salário baixo e sem direitos básicos, como local adequado de trabalho, alimentação, descanso, transporte, plano de saúde, entre outros. Acorrentado à função como um escravo, o trabalhador teme o desemprego e aceita as regras impostas.

Diferentemente do trabalhador, na outra ponta, o empresário-mercador ri à toa, pois recebe – na maioria das vezes – até o triplo do que paga àquele profissional mesmo sem nada produzir.

Se a situação do trabalhador já era semelhante a escravidão, com a chegada da Reforma trabalhista, em julho de 2017, a situação só piorou.

A medida, que tem forte apoio de empresas de segurança, prevê, por exemplo, a diminuição de 30 minutos no horário de almoço, parcelamento das férias, a legalidade do trabalho intermitente e a perda do direito gratuito à justiça trabalhista.

No caso específico dos vi-

gilantes, direitos adquiridos há anos foram retirados pela reforma Trabalhista, como o pagamento em dobro pela jornada 12/36.

Com tantas notícias ruins para o trabalhador a única maneira de se proteger contra a retirada de direitos é a participação junto ao sindicato. Apenas com a união de todos será possível a reconquista dos direitos e a luta contra a escravidão, legalizada ou não.

Profissão Vigilante: mercado saturado e falsas promessas de emprego

Levante a mão quem já abriu um jornal ou um site qualquer e viu a notícia de que a economia está em queda e o mercado fechando portas. São indústrias, agências bancárias, lojas e empresas de serviço encerrando as atividades e colocando na rua os trabalhadores, entre eles, os vigilantes.

E quando não é a crise econômica que faz sangrar o vigilante, outro inimigo na espreita rouba-lhe



o emprego: a tecnologia. Dia após dia e numa velocidade absurda, profissionais de vigilância são substituídos por equipamentos de última geração.

E mesmo com esse cenário tão desolador há ainda quem busque na profissão de vigilante uma saída para o desemprego. São pessoas atraídas pela ideia de um mercado repleto de oportunidades ou pelas academias de formação e suas falsas ilusões.

CRESCIMENTO DE 300%

Levantamento recente feito pela Polícia Federal (PF) mostrou que em 2002 havia aproximadamente 846.049 vigilantes habilitados no país. No final de 2017, entretanto, esse número

já era de 2.730.889 profissionais prontos para trabalhar. Um crescimento de mais de 300% em 15 anos.

Esse crescimento acontece, segundo o presidente do Sindicato dos

Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira da Silva, porque os profissionais de outras, áreas uma vez desempregados, são atraídos para a função de vigilante pela ilusão do emprego fácil e abundante.

Amaro conta que essas pessoas não têm

ideia dos riscos a que são submetidos os profissionais de vigilância e que o salário é baixo. “Muita gente nem imagina que o vigilante coloca a vida em risco todos os dias por um salário de menos de R\$ 50 por dia”, explica.

AS ACADEMIAS DE FORMAÇÃO E O CONTO DO VIGÁRIO

Os dados da PF apontam que outro motivo para o aumento no número de trabalhadores na função é a falsa promessa feita pelas academias de formação. Na sanha de conquistar novos alunos, essas escolas prometem encaminhamento para vagas de emprego se a pessoa fizer o curso. “Muita gente, desesperada, cai no conto do vigário. Quando termina o curso eles têm um certificado, mas nunca conse-

guem arrumar trabalho”, lembra o presidente do Sindicato, Amaro Pereira da Silva.

Ele enfatiza que é importante que as pessoas fiquem atentas com essas promessas de emprego fácil, ainda mais em tempos difíceis. “O mercado precisa de gente boa e capacitada, mas não da maneira como está sendo feito por aí”, continua.

“Esse mercado saturado resulta ainda na maior des-



valorização do profissional”, explica Amaro. Para ele, as empresas já têm o mau hábito de não respeitar o trabalhador.

“Nessas condições, então, a tendência é que as condições de trabalho e remuneração sejam cada vez piores”, finaliza.

PLANTÃO JURÍDICO

Toda quinta-feira no período da manhã no Sindicato dos Vigilantes de Barueri

